

## O ESPAÇO SENEGAMBIANO:

### uma percepção de conformação espacial a partir do comércio de ferro – século XVI<sup>1</sup>

The Senegambian space: a conformation perception based on the iron trade – 16<sup>th</sup> century

Lucas Aleixo Pires dos Reis<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 12/12/2019.

Artigo accito em: 22/03/2020.

#### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar de que maneira o comércio interno de ferro desenvolvido na região da Senegâmbia pode nos auxiliar em uma nova compreensão sobre as relações sociais que conformaram o espaço senegambiano durante o século XVI. Critica-se uma visão dicotômica da região caracterizada pela hierarquização dos povos ao norte e ao sul da região em sociedades que apresentavam ou não organização estatal. Utilizando-se de relatos de viagem, a principal linha de análise de baseia na percepção das diferentes rotas comerciais e da construção de espaços sociais proposta por Jean-Loup Amselle, possível de ser compreendido através dos conceitos de cadeia de sociedades e espaços de troca.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da África; Senegâmbia; Comércio; Ferro.

#### ABSTRACT

This article aims to analyze how the internal iron trade developed in the Senegambia region can help us in a new understanding about the social relations that shaped the Senegambian space during the 16th century. A dichotomous view of the region characterized by the hierarchization of peoples to the north and south of the region in societies with and without state organization is criticized. Using travel accounts, the main line of analysis is based on the perception of different trade routes and the construction of social spaces proposed by Jean-Loup Amselle, which can be understood through the concepts of chain of societies and exchange spaces.

**KEYWORDS:** African history; Senegambia; Trade; Iron.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito de Iniciação Científica Voluntária, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanicléia Silva Santos.

<sup>2</sup> Graduando em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FaFiCH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Áfricas: história, política e cultura/UFMG, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanicléia Silva Santos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6558350411415783>. Endereço de e-mail: lucas.aleixo228@gmail.com.

## 1. Introdução

A presença e utilização do ferro nas sociedades africanas despertaram e ainda despertam o interesse de pesquisadores na área dos Estudos Africanos. De forma generalizada, a atração pelo estudo do comércio e das utilizações do ferro se dá pelo papel desempenhado pelo metal nas tradições orais e as conformações sociais no processo de metalurgia em muitas sociedades, principalmente na região da África Central. O entendimento das implicações culturais, os significados de utilização, as tecnologias e as hierarquias sociais estabelecidas são os principais objetos de análise (SILVA, 2011; ALFAGALI, 2018).

Para a região interiorana da África Ocidental, a presença e transformação do ferro foram bem estudadas. As preocupações dos estudiosos recaíam principalmente sobre os povos interioranos e sobre a atuação dos ferreiros nas sociedades islamizadas, como os mandingas, – tidas como as sociedades que apresentavam organização estatal e hierarquias sociais bem definidas – onde se encontravam grupos de pessoas dedicadas à atividade da transformação do ferro (MCNAUGHT, 1988).<sup>3</sup> O panorama dos estudos é oposto quando se apresentam as mesmas questões para os povos da costa, principalmente para os localizados ao sul do rio Gâmbia, por serem sociedades que não apresentariam os elementos descritos.

Tal visão se justifica pelas próprias formas de concepção e de análise do espaço senegambiano, tendo como perspectiva o islã e a influência mandinga.<sup>4</sup> Entende-se por espaço o “lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos fatores anteriores” (BARROS, 2006, p. 462).

---

<sup>3</sup> A obra de George E. Brooks, *Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa*, apresenta grande contribuição para os estudos da hierarquia nos povos mande ao abordar os niamakalaw, artesãos que se dedica ao trabalho do couro e do ferro.

<sup>4</sup> Para autores como Boubacar Barry e Carlos Lopes, o espaço senegambiano seria formado pela presença do islã e pela influência política, cultural e social de povos de estruturação mandinga.

Dentro do aspecto das relações sociais, o interesse e fio condutor deste trabalho estão localizados nos parâmetros definidores de uma região, compreendida aqui como “padrões de interrelação entre elementos dentro de certos limites [ou] um sistema de movimento interno” (BARROS, 2006, p. 463). Busca-se a percepção desses padrões a partir da rede comercial do ferro, que liga o sul ao norte da Senegâmbia.

Através da investigação do comércio e os usos do ferro numa região em que se acreditava não ter tido meios para trabalhá-lo antes da influência dos povos de estruturação mandinga, o presente trabalho pretende questionar a visão dicotômica imposta ao espaço senegambiano e busca uma compreensão das relações sociais e comerciais da Senegâmbia.

## **2. O uso de relatos de viagem como fonte para a História da África**

Dos contatos comerciais estabelecidos através das rotas atlânticas com a costa ocidental africana, vários relatos de viajantes, comerciantes e missionários foram produzidos com a intenção de registrar informações de seus interesses particulares e úteis para as empreitadas das coroas europeias. Durante um bom tempo na historiografia africanista, tal tipologia documental teve a sua utilização desencorajada pelos especialistas, uma vez que se alegava não ser possível construir uma História da África partindo de documentação europeia. O principal argumento era que, ao se utilizar documentação de origem europeia, a análise ficaria limitada a visão que o europeu tinha sobre a África ou que se estaria fazendo uma história da presença europeia no continente africano.

Ao longo do século XX e da aproximação do campo com novas abordagens historiográficas que davam preeminência as representações e a análise de discurso, tal perspectiva acerca do uso desses documentos se alterou. Para a sua devida utilização, argumenta-se que era necessário perceber a emergência de filtros culturais na documentação (MOTA, 2014, p. 3). Desta forma, o relato de viagem se transformou

em fonte a partir dos pressupostos da análise de discurso e da representação, o que torna possível a identificação da emergência de filtros culturais e a decodificação do texto.

De acordo com José da Silva Horta,

a representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade exterior que se percebeu e que, vai ser evocada oralmente, por escrito, por um ícone – estando ausente. Dando-se natural primazia ao que mais interesse, poderá despertar no eventual leitor – aquilo que aos seus olhos é novo, estranho à realidade vivencial – a tarefa de transmitir torna-se difícil. Realiza-se, desde logo, pelo ato de classificar, cujo ponto de partida mais geral é uma matriz civilizacional de vase ocidental cristã, com que o africano é confrontado, num jogo de semelhanças e diferenças (HORTA, 1995, p. 190).

Horta ainda afirma que o estudo das representações deve ser acompanhado do estudo dos códigos culturais do viajante (do qual fazem parte aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos). Sílvio Marcus de Souza Corrêa também defende a necessidade de se lançar um “olhar acurado para como olhou, quando olhou e de onde olhou o seu informante, isto é, o viajante” (CORRÊA, 2011, p. 2).

O conhecimento do africano se faz no limite da alteridade do observador, ou seja, “a visão presente na narrativa é condicionada pela alteridade. Neste sentido, o estudo das representações só é viável à medida que construímos um entendimento sobre aquelas sociedades presente no discurso” (REIS, 2019, p. 303).

Outro aspecto importante para a análise dos relatos de viagem é o fato de que os viajantes não registraram apenas o que viram, mas também o que ouviram. Tal tipologia documental não é apenas o produto do olhar. Devemos considerá-la como produto também do ouvir. As fontes dialógicas são aquelas que contêm em sua estrutura vozes sociais diversas. Nos relatos dos comerciantes “há a presença de relatos e descrições que muitas vezes partiram da relação que estes tiveram com africanos e euro-africanos, ou seja, eles ouviram sobre determinado fato através dos habitantes e registraram tais falas” (REIS, 2019, p. 304).

Essa preocupação em perceber as fontes como dialógicas e a percepção de sua polifonia nos fornecem “as vozes que [...] excedem as suas [dos viajantes]: são muitas, colhidas na prática cotidiana e no trato comercial, social e político na África” (MOTA, 2014, p. 7) e nos permite analisar a “atuação direta dos africanos na produção de sentido sobre a história e sociedade diante de questões locais e globais” (MOTA, 2014, p. 2).

Nesta investigação, serão utilizados os relatos de viagem do português Duarte Pacheco Pereira, do compilador germânico Valentim Fernandes e dos cabo-verdianos André Donelha e André Álvares Almada.<sup>5</sup>

### **3. A concepção dicotômica da Senegâmbia**

Os rios foram utilizados como os principais marcadores geográficos e definiram as relações entre os habitantes da região da Senegâmbia, conceito criado pela historiografia para denominar a região costeira no extremo leste da África Ocidental. De acordo com o historiador senegalês Boubacar Barry, o espaço é definido fisicamente ao norte e ao sul pelos rios Senegal e Kolonté, a leste pelos contrafortes do Futa Toro e do Futa Djalon e a oeste pelo oceano Atlântico. O principal aspecto condicionante das relações sociais responsável pela conformação da região seria a presença do Islã (BOUBACAR, 2000; LOPES, 1999; PERSON, 2010).

Outros autores, como José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias, propõem uma ampliação da borda sul da região até a Serra Leoa. De acordo com os autores, deve-se compreender a região não apenas pela relação que esta possuía e ainda possui com o Islã e o resto da civilização islâmica, mas como um espaço de trocas comerciais, políticas e culturais (HORTA, 2007). Tal concepção é compartilhada por este trabalho devido à própria demarcação da região presente na documentação do século XVI

---

<sup>5</sup> Futuramente, haverá a busca por em diálogo entre os relatos com a antropologia e arqueologia. Sabemos que os registros portugueses precisam ser contemporizados com esse outro tipo de fonte.

utilizada para análise. De acordo com Walter Rodney, “os roteiros ou mapas portugueses dos séculos XV e XVI, apesar de seus objetivos limitados, são introduções extremamente úteis à geografia e à história da Costa da Alta Guiné”.<sup>6</sup>

Recuando-se um pouco no recorte de tempo e utilizando-se um relato do século XV, o rio Senegal, no norte do atual Senegal, marca o início da chamada “terra dos negros”. De acordo com Cadamosto,

Depois que passámos o Cabo branco, navegámos á vista delle por nossas jornadas até ao rio chamado do Senegal, que he o primeiro rio tia terra dos Negros, entrando por aquella Costa; o qual estrema os Negros dos Pardos chamados Azenegues [berberes]; e parte tambem a terra seca e arida, que he o deserto sobredito, da terra fertil, que he paiz de Negros. (CADAMOSTO, 1812, p.27).<sup>7</sup>

Outro exemplo de delimitação da região, durante o século XVI, pode ser retirado do relato intitulado *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, de 1594. No início do documento, o comerciante cabo-verdiano André Álvares Almada escreve que:

Quis escrever algumas coisas dos Rios de Guiné Cabo Verde, começando do Rio Sanagá [Senegal], até Serra Leoa, que é o limite da Ilha de Santiago, porque dessas partes sei honestamente. (ALMADA, 1841, p. 21-22).

Neste relato, temos uma delimitação da região dos Rios da Guiné do Cabo Verde, denominação empregada pelos europeus e luso-africanos para se referir à região da Senegâmbia. O viajante deixa evidente que a região de interesse se estende do rio Senegal até Serra Leoa. Essa demarcação física vai ao encontro com o conceito de Senegâmbia articulado por José da Silva Horta, devido ao fundamento dessa delimitação ser o interesse comercial de Almada.

Como dito anteriormente, os marcadores geográficos mais utilizados nas

---

<sup>6</sup> Tradução nossa: “Fifteenth- and sixteenth-century Portuguese *roteiros*, or charts, in spite of their limited objectives, are extremely useful introductions to the geography and the history of the Upper Guinea Coast”

<sup>7</sup> No processo de transcrição dos trechos documentais, optou-se por preservar a grafia original colocando-se entre colchetes a grafia atualizada, quando necessário, para uma melhor compreensão.

fontes para denominar a região são pontos físicos ao longo da costa – em sua predominância ilhas, cabos e rios. Além de serem importantes marcadores geográficos, os rios da região desempenharam função central no comércio, pois formavam os principais meios de acesso ao interior. De acordo com Boubacar Barry, tal localização “tornou a Senegâmbia dependente dos estados do Sudão e do Saara até o século XV. Somente mais tarde, com sua abertura para a costa atlântica, a região começou a desempenhar seu papel geográfico central na íntegra” (BARRY, 1998, p. 5).<sup>8</sup> Concordamos em parte com esta afirmação de Barry. Neste período, com a abertura de rotas comerciais atlânticas, houve o declínio do domínio interiorano sobre a costa, já que o primeiro não controlava o acesso da região costeira as redes comerciais atlânticas. Entretanto, salientamos que o comércio atlântico não foi definidor das dinâmicas locais e que só a partir dele a região se tornou importante.

Percebe-se por essa definição que a Senegâmbia se divide em duas partes: norte e sul. O principal marcador geográfico para tal delimitação é o rio Gâmbia, que é tratado como ponto de convergência e divisor natural entre a floresta ao sul e o início das regiões secas<sup>9</sup> ao norte.

A delimitação geográfica não é a única base para a divisão do espaço senegambiano para esses autores. De acordo com Felipe Malacco,

Em um grau de organização política mais centralizada e descritos como muçulmanos praticantes e que, inclusive, auxiliavam na islamização dos outros, percebemos a presença dos jalofos, entre o sul do rio Senegal e norte do rio Gâmbia. Inicialmente eram organizados em uma espécie de confederação, centralizada pelo Gran-Jalof, localizado mais ao interior da Senegâmbia, ligado diretamente ao comércio saariano. Os outros “Estados” controlados politicamente pelos jalofos eram o Saalum, Ualo, Caior, Baol e Siin, este último sendo habitado predominantemente pelos sereres (MALACCO, 2019, p 7-8).

Como visto nos autores citados, há claramente uma distinção baseada nas

---

<sup>8</sup> Tradução nossa: made Senegambia dependent on the state of the Sudan on the states of the Sudan and the Sahara until the fifteenth century. Only later, with its opening out onto the Atlantic seaboard, did the region begin to play its pivotal geographical role in full.

<sup>9</sup> Até atingir o deserto do Saara, ao norte do atual Senegal.

conformações culturais, ou seja, baseada nos aspectos linguísticos, religiosos e de organização política/estatal. Ao norte, estariam localizados os povos que, devido a forte influência mandinga, apresentavam uma organização social estratificada e uma organização política na forma de um estado centralizado. Dentre estes povos, destacam-se os próprios mandingas e os jalofos.

Nossa atenção recairá sobre a região sul da Senegâmbia, denominada de Rios da Guiné. Tal região é compreendida, de acordo com Walter Rodney, entre o rio Gâmbia e o Cabo do Monte. A área de estudo está delimitada dessa forma devido à divisão estabelecida entre os habitantes desses locais construída pela própria historiografia. Ao sul, estariam povos ditos acéfalos (BROOKS, 2003), ou seja, povos que não apresentarem uma forma política centralizada. Tal nomenclatura corrobora uma visão evolucionista das organizações políticas não-ocidentais.

Entre os povos habitantes dessa região, podemos destacar os “arriatas, falupos, banhuns, casangas, papeis, balantas, beafares, bijagós e os sapes” (MALACCO, 2019, p. 9). Os sapes consistiam em uma denominação utilizada pelos portugueses que se referia a uma grande quantidade de grupos, como os temne, bagas, nalus, bolões e landumans. (MALACCO, 2019, p. 9).

Esses povos teriam sofrido grande influência dos povos de origem mande devido à invasão dos mesmos na região de Serra Leoa ocorrida, de acordo com o relato de André Donelha, no ano de 1545. O comerciante André Donelha escreve sobre as informações que obteve ao conversar com três manes escravizados de seu pai, que tinham os nomes de batismo Baltazar, Belchior e Gaspar. De acordo os três manes, Macarico, mulher importante no Mali, teria tido desavenças com o Mandimansa<sup>10</sup> e, por isso, teria saído de seu domínio com um exército em direção à região de Serra Leoa.

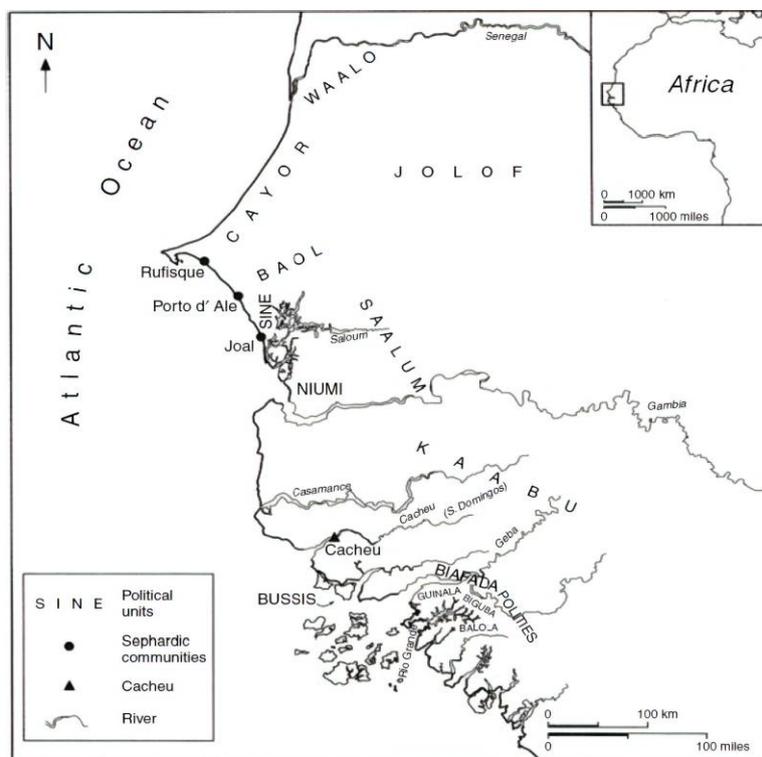
---

<sup>10</sup> Título que designa o líder do Mali.

Os mande seguiam a estruturação dos povos mandingas e possuíam estruturas de hierarquização social. Com a sua chegada à região de Serra Leoa, teriam influenciado os povos da região a adotarem os mesmos tipos de hierarquias. Só a partir disso, os povos da região de Serra Leoa teriam adquirido o conhecimento da produção de ferro ou a classe especializada, chamada entre os povos mandingas de niamakalaw, para trabalhar com a transformação do metal (BROOKS, 2003).

Vemos então como a concepção das regras sociais que regulam o espaço senegambiano está em torno da identificação da influência do Islã, da presença de Estado e de estruturação de hierarquização da vida social. Busca-se, assim, por grandes estruturas e poder unificado que resultam em uma abordagem “tipológica (sociedades com Estado/sociedades sem Estado)” (AMSELLE, 2017, p. 44). Tal perspectiva acaba por privilegiar concepções ocidentais de organização da vida social devido à preocupação excessiva com a presença do Estado, de poder centralizado e hierarquias sociais. Com os termos utilizados, há a construção de uma dicotomia de Estado/sem Estado, religião única/animistas, hierarquias/sem organização social, etc. que acaba por inferiorizar aqueles que não se encaixam nos moldes dos parâmetros de conformação utilizados.

**Mapa 1 – Região costeira da Senegâmbia**



**Fonte:** “The *Petite Côte* Sephardic Communities and Cacheu and Rio Grande Regions”. In: HORTA, J. da Silva; MARK, Peter. **The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Mapa de Peter Mark e de José da Silva Horta.

#### 4. Demanda comercial, circulação e utilização do ferro na Senegâmbia – século XVI

Em relação à introdução do comércio atlântico de ferro na região, Felipe Malacco diz que

o ferro era um produto já existente na lógica comercial interna ao oeste africano. Porém, as minas deste metal eram localizadas no interior do continente, dificultando o acesso por parte dos povos costeiros. Extremamente importante para a confecção de armas, a oferta deste produto, por vias atlânticas, em muito auxiliou as *nações* que viviam próximas ao oceano na construção de forças militares que pudessem fazer frente aos interioranos. (MALACCO, 2017, p. 95).

O ferro também era importado pela região por meio das rotas comerciais pelo Atlântico, mas não em quantidade suficiente para suprir totalmente a demanda local,

composta principalmente por ferramentas e artigos militares. Inicialmente, acreditava-se que a demanda da Senegâmbia era suprida internamente por produtores em Futa Jalom, região onde se localiza a nascente do rio Senegal.

Na obra intitulada *Esmeraldo de Situ Orbis*, Duarte Pacheco Pereira diz que “no meio deste caminho [entre o Rio Gâmbia e o Cabo Roxo] estaa hum Rio que se chama Casamansa a gente do qual são mandiguas [mandingas]” (PEREIRA, 1892, p. 52) e “neste rio de casa mansa [Casamance] val[e] muito ho ferro e aqui há resguate [comércio] de escauos por caualllos e por lenços e por pano vermelho” (PEREIRA, 1892 p. 52). O interesse do viajante é registrar as principais informações sobre o trato nos rios da região – principais aglomerações de rotas comerciais. Duarte Pacheco aponta a informação crucial para o desenvolvimento do trato na região do rio Casamansa: naquela região, o ferro é de extrema importância.

Chegando mais ao sul da Senegâmbia, próximo a região do atual rio Scarcies<sup>11</sup>, Duarte Pacheco registra que “e no certão doze ou quinze leguoas [léguas] do mar he achada huma geração de gente a que chamom souzos [sossos] e estes som senhores de muito ferro que trazem ha serra [Serra Leoa] e ha outras partes de que ham fazer proveito” (PEREIRA, 1982, p. 57). A partir desse trecho, infere-se a existência do comércio interno de ferro realizado pelos sossos - povos mandem do interior - para atender a demanda dos povos da costa no extremo sul da Senegâmbia. Duarte Pacheco ainda descreve a região como sendo próxima do rio Cases. Através do relato de André Almada, é informado que os habitantes dessa região são os temnes.

Em sua obra compilada a partir dos relatos de viajantes que retornavam a Portugal, Valentim Fernandes registra informações relevantes para este estudo. Primeiro, apresenta a presença do ferro na região norte da Senegâmbia. Diz que “em esta terra tem muy pouco ferro e o mais dello vem da provincia de Mãdinga e val[e] muyto ãtre eles” (FERNANDES, 2011, p.685). O ferro ao norte vinha através dos

---

<sup>11</sup> Rio que percorre os atuais países de Guiné e Serra Leoa. Conhecido em Serra Leoa como Scarcies e em Guiné como rio Kolonté. Na documentação do século XVI, aparece com a denominação de rio Cases.

mandingas. No norte, o ferro era regulado pelas populações interioranas e, por isso, este era muito valioso na região, por exemplo, na foz do rio Gâmbia. O comércio atlântico trouxe uma nova oferta e essa mesma oferta pode ser observada nos rios da Guiné.

Como dito anteriormente, o rio Gâmbia representou um importante ponto comercial na região e é tido como um demarcador geográfico e fronteira entre a região norte e sul da Senegâmbia. Nele chegavam mercadorias vindas do atlântico e das rotas internas. Ao falar sobre a origem do ferro no rio Gâmbia, Valentim Fernandes escreve que “e o ferro o tem de Gambia província” (FERNANDES, 2011 p. 696).

Ao falar sobre os jalofos e mandingas na região da foz, diz que “elles não tem ferro salvo os mercadores que vem dençima [do interior] do ryo de Gambia; estes traz[em] ferro e dele se [a]basteçe a moor [maior] parte de Gyloffa [reino jalofa] e este ferro vem pelo sertão de Serra Lyoa em carreto pera este ryo” (FERNANDES, 2011, p. 707). Vemos então a descrição de uma rota comercial interna de ferro para o rio Gâmbia que parte da região de Serra Leoa. Não fica evidente quem são os grupos de comerciantes.

Ao falar sobre a região dos Rios da Guiné, especificamente sobre o rio Casamance, Fernandes diz que o “ryo de Casamansa he hum ryo de muyto resgate. E vam os naujos [navios] per este ryo açyma até 18 legoas e ali he ho regno [reino] que he chamado Casamãsa por onde ho ryo toma seu nome. E neste regno há gente mesturada [misturada] de todas gerações como mandingas, falupes e balangas” (FERNANDES, 2011, p. 712).

Aponta alguns usos do ferro na região, principalmente a confecção de armas. Os tipos são descritos da seguinte forma: “Azagayas e forpões e partesãs e machados e [a]dagas que eles chama[m] adibes e faze[m] [e]spadas que eles chama adibe sabana, que que dizer [e]spada gra[n]de” (FERNANDES, 2011, p. 720).

Ao falar sobre a região do rio Grande, informa que “neste ryo começa os pouoos [povos] chamados çapeos [sapes] ainda que som mesturados de muytas outras gerações” (FERNANDES, 2011, p.722). Salienta que “em esta terra há muyto ferro mas n[ão] tal como traze[m] por aqui da Serra Lyoa, porque [a] ser ferro nao sabem dar tempr e se quebra como vidro” (FERNANDES, 2011, p. 722). Nesses dois trechos do relato, podemos perceber o uso do ferro na região do rio Grande e, além disso, temos a informação da origem do ferro de uma qualidade superior. A região de Serra Leoa então, ao contrário de uma região que não apresentava produção em ferro, foi um lugar que possuía uma qualidade de forja superior do mesmo.

As descrições predominantes sobre a cultura material em ferro são as armas. Em relação aos temnes e aos banhuns, Valentim Fernandes diz que “fazem nesta terra muytos artifícios manuales [manuais] de ferro assi[m] como frechas e azagayas, forpões e partesãs e machados e [a]dagas que eles chmã adibes e faze spadas que eles chmã adibe sabana, que quer dizer grade” (FERNANDES, 2011, p. 722). Percebe-se a semelhança em sua descrição ao falar sobre o rio Grande.

Ao descrever a região de Serra Leoa - compreendida entre ilha dos Ídolos e o Cabo do Monte -, Valentim Fernandes repete informações anteriores. Descreve explicitamente que “ham nesta terra muyto ferro e bõo [bom]” (FERNANDES, 2011, p. 734).

Uma das principais informações para esse estudo está presente no relato de André Donelha. Ao falar sobre a região dos Rios da Guiné, o cabo-verdiano registra informações sobre a produção de ferro na região de Serra Leoa antes da invasão dos Manes. Registra que pelo sertão “há diversas nasois [nações], a saber, cases [ou casses], gente guerreira e bem armada das armas yá [já] nomeadas; nos cases se fundia fero mujto bom, que corja [corria] por diversas partes; depois que forão [foram] sogeitos [subjugados] aos manes se perdeo esse trato [comércio]” (DONELHA, 1977, p. 107).

Com o registro de André Donelha, infere-se que havia antes da presença mane o trabalho de transformação do ferro. Após a sujeição política dos povos da

costa, nota-se uma modificação da relação destes com o metal, mas não fica evidente se foram proibidos de realizar a atividade de fundição ou se perderam o acesso ao comércio do mesmo.

Como dito anteriormente, havia a importação de ferro – em barras ou já trabalhado – na Senegâmbia pelo comércio desenvolvido com os europeus. Como a região norte da Senegâmbia – acima do rio Gâmbia – ficava distante das regiões de produção de ferro de boa qualidade (Futa Djalon e Serra Leoa), havia um mercado para receber o ferro de qualidade inferior produzido na Europa. Mesmo competindo com outro produto de menor valor, o ferro produzido no interior (Futa Jalom) e ao sul (Serra Leoa) era bastante presente nos entrepostos comerciais do rio Gâmbia.

Além das rotas internas, o ferro era comercializado entre as diferentes partes da região através do Atlântico. Devido à alta qualidade do ferro produzido na região sul, muitos portugueses “compravam ferro em Serra Leoa para vendê-lo em Senegâmbia e em outros locais, como mostra claramente os livros de registro do navio Santiago que fez a travessia dessa rota em 1526” (THORNTON, 2004, p. 91).

Conclui-se a partir das fontes mencionadas que já havia a presença do ferro e de sua comercialização em um período anterior as invasões mande, o que configuraria uma divergência nas relações sociais e comerciais que estruturariam o espaço senegambiano.

## **5. Espaço de troca como uma possibilidade de conformação da Senegâmbia**

Os trechos dos relatos de viagem levantados nos mostram dados muito interessantes sobre as dinâmicas comerciais em torno do ferro, principalmente a sua presença e melhor qualidade entre os povos do sul da Senegâmbia em um período anterior às invasões mande.

Ao analisarmos os relatos de viagem, podemos evidenciar outro tipo de relação de conformação do espaço senegambiano que não passa por uma percepção

dicotômica e de inferioridade das diferentes populações que a habitam. O comércio de ferro foi utilizado para que se perceba uma circulação horizontal desse elemento, que se acreditava não fazer parte do universo material dos povos que habitavam o sul da região.

É possível perceber ainda uma quebra com a concepção dicotômica de Senegâmbia, uma vez que se percebe o movimento contrário: não é o norte islamizado e de organização centralizada que opera unicamente as relações comerciais estabelecidas. São os povos do sul que apresentam uma produção cobiçada nos entrepostos comerciais e que apresentam um alto valor, devido, principalmente, a qualidade do ferro produzido.

De acordo com José D’Assunção Barros, a noção mais ampla de região é descrita

como unidade que apresenta uma lógica interna ou um padrão que a singulariza [...] abrange na verdade muitas possibilidades. Conforme os critérios que estejam sustentando nosso esforço de aproximação da realidade, vão surgindo as várias alternativas de dividir o espaço antes indeterminado em regiões mais definidas (BARROS, 2006, p. 463).

Adota-se nesta análise critérios econômicos “relativos à produção, circulação ou consumo” (BARROS, 2006, p. 463) em detrimento e crítica de uma visão de critérios culturais e políticos – carregada de predefinições ocidentais e que são externas à região - apresentada na seção anterior.

De acordo com Jean-Loup Amselle, é necessário que haja uma alteração dos pressupostos que guiam os estudos das sociedades africanas. Amselle defende, para o período pré-colonial, o que chama de “cadeia de sociedades” e propõe outras categorias de análise como sociedades englobantes e englobadas. As primeiras exercem influência/poder em um sistema de relações de dependência. Isto exige pensar as sociedades africanas de outra forma, pois pressupõe a historicidade das mesmas.

Dessa forma, compreendem-se as formas culturais e tradições determinadas por processos assimétricos de articulação política. De acordo com o autor, as sociedades locais devem ser concebidas a partir da consequência de redes de relações. Com essa perspectiva, defende a diversidade de conformações, pois há sistemas políticos e econômicos de diferentes tipos de organização, mobilização e desenvolvimento econômico em todo o continente, o que torna inviável a hierarquização e comparação partindo de pressupostos predefinidos externamente – como é o caso da análise tipológica com/sem Estado.

Procuramos estabelecer novas formas de espaços sociais e de regras que conformam esse mesmo espaço senegambiano. A partir da análise da dinâmica instaurada pela circulação, utilização e comércio do ferro, buscamos apresentar uma perspectiva horizontal de relações capazes de serem apreendidas pelo que Amselle denomina de cadeia de sociedades e espaço de troca.

Com a ideia de cadeia de sociedades, Amselle afirma que as mesmas mantêm relações umas com as outras, ou seja, “as sociedades locais, com seu modo de produção, de redistribuição etc., longe de serem mônadas fechadas sobre si mesmas, estavam integradas em formas gerais englobantes que as determinavam a lhes davam um conteúdo específico” (AMSELLE, 2017, p. 44). Isso definiria o caráter principal na época pré-colonial das “cadeias de sociedades, isto é, definitivamente sobre o primado das relações intersocietais” (AMSELLE, 2017, p. 44).

O espaço de troca se define pela relação da produção, da circulação e do consumo dos materiais, no caso o ferro, que são fundantes da dinâmica comercial presente na região. Tal conformação nos distancia de perspectivas tipológicas e nos auxilia a compreender as regras que regem o espaço senegambiano, numa perspectiva econômica. Assim, abandona-se uma perspectiva evolutiva dos diversos grupos para assumir uma nova perspectiva de conformação espaço senegambiano baseado nas relações de troca e comércio.

## 6. Considerações finais

A partir das análises estabelecidas sobre a Senegâmbia, vimos que a região foi pensada a partir de uma conformação dicotômica que tinha como principal perspectiva uma percepção, de acordo com Amselle, tipológica, privilegiando-se uma perspectiva cultural e política. Tal perspectiva tinha como ênfase concepções/paradigmas ocidentais de organização da vida social, que resultou numa divisão da região e de seus grupos populacionais.

A divisão teve como base critérios organizacionais relacionados às estruturas de poder e a estrutura religiosa dos diferentes grupos populacionais. De forma generalizada, ao norte estariam os povos que adotaram a religião islâmica que possuíam estruturas e hierarquias sociais bem definidas – no caso os mandingas e jalofos.

Como foi possível de perceber na análise dos relatos de viagem, o ferro na região sul da Senegâmbia, chamada de Rios da Guiné, já era fundido e forjado anteriormente à chegada/invasão dos povos manes em 1545. Tal conclusão só foi possível através da análise das mercadorias que os viajantes europeus apontavam como sendo as mais importantes nos portos e sua descrição sobre as rotas internas.

A análise sobre a dinâmica comercial do ferro nos ajuda a questionar a narrativa de que os povos dos Rios da Guiné só passaram a participar das redes comerciais da Senegâmbia devido à influência social e cultural sofrida com a chegada de povos de estruturação mandinga, ou seja, a partir do momento em que se reconheciam estruturas estatais centralizadas e hierarquias sociais bem estabelecidas.

A alteração de pressupostos que guiam o estudo das sociedades africanas pré-coloniais é de extrema importância para que se ultrapasse uma perspectiva externa ao contexto de pensamento e de concepção organizacional interno dessas mesmas sociedades. Essas perspectivas acabam por dividir as sociedades entre a simples dicotomia de segmentares e estatais, ao mesmo tempo em que inferioriza as primeiras.

Como explicitado na seção anterior, pensou-se na região senegambiana a partir dos conceitos de cadeia de sociedades e espaço de troca. A análise da dinâmica de produção, circulação e consumo do ferro nos permitiu a formulação de critérios outros para se pensar as regras sociais e relacionais que configuram o espaço senegambiano.

## Referências

ALMADA, André Álvares. **Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana**. Porto: Tipografia Comercial Portuguesa, 1841.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'Bokolo Elikia (Orgs.). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 29-73.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006, p. 460 – 476.

\_\_\_\_\_. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. **Expedições**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 2012, p. 9-37.

BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Cambridge: University Press, 2002.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**: edição digital. Organização de Miguel Jasmins Rodrigues. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. CD-ROM. Série 2. v. 2-5.

BROOKS, George E. **Eurafricans in Western Africa**: commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Athens: Ohio State University Press, 2003.

CADAMOSTO, Luiz de. Navegações de Luiz de Cadamosto: a que se ajuntou a viagem de Pedro de Contra, capitão portuguez. In: **Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1812.

DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, introdução, notas e apêndice de Avelino Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

FERNANDES, Valentim. Descrição da costa ocidental de África do Senegal ao Cabo do Monte (Séculos XV). In: BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana**: edição digital. Organização de Miguel Jasmins Rodrigues. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. CD-ROM. Série 2. v. I. d. 114.

HORTA, José da Silva; DIAS, Eduardo Costa. La Sénégalie: Um Concept Historique et Socioculturel et um Objet d'Etude Réévalués. **Mande Studies**. n. 9, 2007, p. 9-19.

\_\_\_\_\_. Entre História europeia e História africana, Um objeto de charneira: as representações. In: **Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África**. Lisboa: Linopazes, 1995, p. 189-200.

LOPES, Carlos. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, v. 32, 2005, p. 9-28.

\_\_\_\_\_. A pirâmide invertida: Historiografia africana feita por africanos. In: **Actas do colóquio Construção e ensino de História da África**. Lisboa: Linopazes, 1995, p. 21-29.

MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira. **O Gâmbia no Mundo Atlântico**: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630). Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

\_\_\_\_\_. A conformação do espaço senegambiano – séculos XV ao XVII. **Revista África e Africanidades**. n.32, nov. 2019. Disponível em: [www.africaeaficanidades.com.br](http://www.africaeaficanidades.com.br). Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

MOTA, Thiago Henrique. Oralidades africanas e/em escritas europeias: Considerações metodológicas para a escrita da história do noroeste africano. IN: **Anais do XIX Encontro Regional de História. Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho**, Juiz de Fora: ANPUH-MG, 2014 pp. 1-9.

REIS, Lucas Aleixo Pires dos. Relatos de viagem: percepções e uso na História da África ocidental pré-colonial. In: **Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História**, Belo Horizonte, MG, 13 a 17 de Maio de 2019 [recurso eletrônico] - História em Tempos Sombrios: estudar, pesquisar, ensinar. / Organizadores: Álvaro Augusto Lourenço et al. -Belo Horizonte: UFMG, 2019, p. 301- 307.

RODNEY, Walter. **A History of the Upper Guinea Coast (1545 to 1800)**. Oxford: Clarendon Press, 1970.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.